

## CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL[1]

**Maria Messias F. Lima**

Economista, profa. Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA  
Doutoranda em Geografia na Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
[limammferreira@gmail.com](mailto:limammferreira@gmail.com)

“O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva” (Hannah Arendt – A Condição Humana)

### INTRODUÇÃO

As mudanças no campo decorrentes da expansão do capital fizeram emergir, nos anos 2000, principalmente nos discursos dos teóricos do capitalismo agrário a concepção do Desenvolvimento Territorial Rural - DTR. Dessa forma o rural perpassa o setorial e expande a natureza das relações capitalistas através da abordagem territorial. Esse conceito só pode ser compreendido através da lógica da acumulação capitalista que necessita de novos mercados e novas áreas para sua exploração como uma condição necessária para a reprodução ampliada do capital. Entretanto o próprio capital encontra limites para sua realização, revelando as contradições do próprio sistema.

Marx discutiu em *O Capital* as crises do sistema capitalista que seriam determinadas principalmente pela queda da taxa de lucro e pela superprodução de valores de troca. De acordo com Harvey (2005, p. 114) “o produto final de tal processo é uma superacumulação de capital, definida como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente”, exigindo um ajuste espacial para novas possibilidades de acumulação.

O modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro foi gestado nessa perspectiva, de permitir a exploração do espaço rural pelo capital mundializado. No campo teórico são apresentados vários argumentos favoráveis ao DTR ao mesmo tempo em que as políticas públicas para a resolução da questão agrária brasileira se tornam mais limitadas. Portanto o objetivo desse artigo é compreender através da abordagem do DTR a ampliação da exploração capitalista no campo decorrente do ajuste espacial do capital. E quando o capital se expande asfixia a (re)produção camponesa.

A hipótese fundamental é que os erros do passado se repetem em relação à questão agrária e mais uma vez *coloca-se remendo novo em roupa velha*, ou seja, buscam-se novos processos de exploração capitalista enquanto as velhas estruturas de posse e uso da terra são mantidas e até mesmo intensificadas. Essa abordagem fundamenta-se principalmente em duas correntes que durante os anos 1990 se debruçaram sobre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, isto é, no embate teórico, político e institucional entre forças produtivas e relações de produção no campo. O malogro das ações políticas em relação ao desenvolvimento das áreas rurais envolvidos pelo manto do DTR não escondem os germes da acumulação capitalista baseando-se na produção da mais-valia por meio da divisão social do trabalho e do

comando das forças produtivas, por outro lado, são insuficientes para diluir a necessidade de resistência e (re)ordenamento da questão agrária no Brasil.

### **O CAPITALISMO NO CAMPO: UMA ABORDAGEM PARA ALÉM DO CAPITAL**

A gênese da relação entre o homem e a terra passa por vários estágios em que o processo econômico, político e social registrado pela historiografia, conduzem a uma conflitualidade. O conflito não é oriundo da terra, mas dos interesses do homem quanto ao uso e posse dela. Com o crescimento da população surgem as aglomerações, vilas, cidades e nações. A ideia da *harmonia dos interesses* preconizada pelos economistas clássicos em meados do séc. XVIII não se verificou. A Filosofia utilitarista não conduziu o homem ao progresso e ao bem-estar econômico e social. Muitas riquezas foram produzidas pela exploração da terra e poder conferido ao homem de transformar recursos em bens e serviços, mas principalmente pela extração da mais-valia.

Através da divisão social do trabalho, a economia política aponta as relações que se estabelecem no desenvolvimento do capitalismo como o modo de produção ideal para a produção e distribuição de bens, isto é, para a reprodução da *vida material*. O modo de produção sofre profundas alterações, adaptando-se aos novos processos e demandas, principalmente com o desenvolvimento tecnológico, impactando diretamente nas relações de trabalho, criando uma sociedade de classes e alterando o tempo necessário para a produção, o que gera ganhos de produtividades com o aumento da mais-valia relativa. O antagonismo presente em uma sociedade de classes é concretizado na abundância de quem domina os meios de produção e na escassez de quem é expropriado desses meios.

O Brasil é um país de grandes extensões territoriais, clima, solo e processos de formação econômica diferenciados. Ao contrário do que ocorreu em outros países, às relações capitalistas tiveram sua gênese no trabalho escravo, que quando entrou em crise “instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho” (MARTINS, 1995, p. 17). Nesse contexto a Lei de Terras promulgada em 1850 representou o impedimento formal e institucionalizado do acesso a terra pelos trabalhadores livres, determinando o padrão espacial da propriedade da terra no Brasil. Dessa forma Martins (p. 45) acrescenta que “o monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras”.

De acordo com Ianni (2005), o trabalhador rural no Brasil teve seu processo histórico desenvolvido em três fases: o escravo, o lavrador e o proletário, este último foi resultante da mudança estrutural do capital agrário para o capital industrial, fase em que a agricultura passou a se subordinar à expansão urbano-industrial. Considerado um país eminentemente agrário, vive profundas transformações decorrentes do processo de modernização e industrialização da

agricultura, processo esse conhecido como a modernização conservadora, que de acordo com Oliveira (2007, p. 08) “o modo capitalista de produção implementar-se-ia de forma plena na agricultura, tal qual se implantou na indústria”. Inicia-se, portanto um avanço no processo produtivo e um retrocesso nas relações de produção, caracterizado pela expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais, originando outras categorias, tais como o boia-fria, e os sem terra.

Portanto, na mesma dimensão que o capital avança no campo, avança também a pobreza e a expulsão dos trabalhadores rurais dos latifúndios. Para complementar esse processo com a modernização agrícola estimulou-se um novo padrão produtivo, conhecido como a “revolução verde”, em que os ganhos de produtividades estimulavam cada vez mais a expansão capitalista no campo, alterando de forma irreversível a divisão social do trabalho. Portanto, para Oliveira (2007, p, 20) “o desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada”, ou seja, a produção da mercadoria não é o fim em si mesmo, mas o meio para obter a mais-valia que se origina na produção, porém é na circulação da mercadoria que ela se realiza.

A partir de 1970 a configuração campo-cidade apresenta grandes modificações, principalmente pelo elevado êxodo rural e profundas alterações nas relações de produção e consumo. Esse cenário configurou a nova dinâmica da agricultura brasileira, ou o ‘novo rural’ (GRAZIANO, 1996). Dessa forma o Brasil resolveu o problema ligado à questão agrícola e agravou a questão agrária, pois alterou a base técnica de produção, sem, no entanto alterar a estrutura fundiária vigente. Portanto a passagem da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial criou condições mais favoráveis para expansão capitalista, onde a acumulação primitiva passa a ocorrer de muitas formas, mas especializa-se na expropriação do excedente (OLIVEIRA, 2013).

Em meados dos anos 1980 grupos oligopolizados assumiram o controle das decisões sobre oferta e demanda, movimentando o capital mundial em busca de novos mercados para novos produtos, guiado pelo capital financeiro na formação do mundo globalizado (CHESNAIS, 1996). Essa fase do desenvolvimento do capitalismo é caracterizada, além da hegemonia dos monopólios pela ampliação das exportações de capitais e, principalmente pelo domínio das fontes de matérias primas conduzindo as políticas econômicas em escala planetária (COSTA, 2008). A partir de 1990 consolida-se a mundialização do capital provocando um reordenamento no papel das instituições como também a atuação do Estado na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural e fortalece cada vez mais o agronegócio, favorecendo de forma escalar o domínio do capital financeiro no campo.

A “fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura” (DELGADO, 2012, p. 29). Houve, portanto, nos anos 2000 uma integração entre o capital industrial, o capital financeiro e o latifúndio. Nesse contexto a concepção do DTR é orientada a partir da cooperação/integração

entre vários organismos internacionais como o Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e o Estado através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que atua no processo de planejamento e execução das políticas públicas direcionadas para a expansão do capital nos territórios rurais, tendo o Programa Territórios da Cidadania como o principal instrumento do processo de desenvolvimento rural no campo brasileiro, atuando nos espaços menos dinâmicos que até então não interessava ao capital.

Outra frente de atuação é a absorção de novos conceitos pela comunidade acadêmica que se dissemina nas discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural, tais como capital humano, pautado no desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais capazes de favorecer a produção de valores de troca e, capital social que corresponde à ideia de cooperação mútua entre os indivíduos para obter ganhos coletivos. Nesse contexto, para Abramovay (2000, p. 04) “as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor”. Essa tendência foi evidenciada em Marx e abordada por Quaini (1979) que discute a progressiva ação do capitalismo nos territórios, em que este transforma os meios de produção e forças produtivas em mercadorias, “onde o trabalho não se apresenta como produtor de valores de uso, mas como medida geral das coisas, dos produtos, onde as relações sociais não se apresentam como relações pessoais, mas como relações entre coisas” (p. 66). Portanto, essa lógica produtivista, desfaz os verdadeiros laços de cooperação e confiança corroendo as bases necessárias para a construção de relações que vão além do capital.

## **AS TEORIAS AGRÁRIAS E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

A penetração do capitalismo no campo é usada como o instrumento que permite a superação dos limites impostos pela natureza ao capital. Dessa forma os elementos específicos das relações capitalistas, tais como mais-valia, propriedade privada, trabalho assalariado passam a comandar as relações de produção no campo. O modo de produção capitalista necessita de meios que possibilitem a reprodução ampliada do capital, a transformação do D em D' através da criação e ampliação da mais-valia. Tal processo seria comprometido se houvesse uma tomada de consciência pelo trabalhador, pelo camponês, porque ao “fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento capitalista” (MARTINS, 1995, p. 13).

O desafio em questão é a existência de uma *classe em si* que seja transformada em uma *classe para si*. De acordo com Maestri (2003, p. 221) a massa de trabalhadores expropriados pelo capital conjugam os mesmos interesses, enquanto classe, porém “não é uma classe para si mesma”, ou seja, o confronto entre as classes devem permanecer no âmbito concreto das lutas contra o capital, não podem ser diluídas pela alienação historicamente vivida pela dominação capitalista. Para Martins (1995, p.117) “não há como separar o que o próprio capitalismo unificou:

a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

Os debates analíticos contemporâneos sobre os efeitos da penetração do capitalismo no campo fundamentam-se nas obras dos clássicos: *Kautsky* e *Lênin*. Os autores têm como objeto de estudo a questão agrária, isto é, analisam “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (FERNANDES, 2001, p. 23). O conjunto dessas discussões originou um forte debate sobre a questão agrária brasileira que a partir de 1970 contou com um maior engajamento dos teóricos da sociologia rural, deslocando os debates para a construção de outro paradigma.

A corrente teórica fundamentada nas obras de *Mendras* e *Lamarche* conferem novas especificidades para o campesinato, apontam o capitalismo agrário como a alternativa para os problemas relacionados à questão agrária, ou seja, a literatura confere um elevado grau de integração do campesinato ao capital, ao invés de antagonicos tornam-se parceiros. O paradigma do capitalismo agrário encontra na ampliação das atividades não agrícolas o argumento necessário para justificar a integração do campesinato à dinâmica do mercado e ao agronegócio através das cadeias produtivas, desconsiderando as especificidades da economia camponesa que se reproduz fora da lógica capitalista de produção.

Na obra *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, destaca-se a mudança de concepção teórica, contrariando os clássicos *Lênin* e *Kautsky*. Para Abramovay (1998) a tendência ao trabalho assalariado abordado por *Lênin*, e a superioridade da propriedade capitalista verificada em *Kautsky*, não se verificou nos países de capitalismo avançado, encontrando um forte argumento para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, atribuindo a essa categoria uma grande importância econômica e social, entretanto a tendência é que seja eliminado do discurso político o camponês. Para Abramovay (1998, p.35) “se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesa, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”. Dentro dessa concepção o campesinato não teria um lugar na estrutura social capitalista, pois não seria burguês nem proletariado.

Fora do contexto das lutas de classes o termo agricultura familiar, passa a ser utilizado nos debates teóricos e na produção acadêmica, ganhando destaque nas políticas públicas passou a protagonizar o papel principal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O Programa é destinado ao fortalecimento dessa categoria que, embora em “alguns casos possa resultar da evolução das formas camponesas, se distingue dessa forma social pela sua inserção em um ambiente marcadamente capitalista” (SCHNEIDER, 2009, p. 45). Para Abramovay (1998, p. 23) “A própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”. Dessa forma

evidencia-se um forte comprometimento às identidades culturais e sociais das comunidades rurais agora comandadas pelas forças do mercado e transformadas em relações mercantis.

### **O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL - DTR: ISSO SERVE MESMO A QUEM?**

Sem dúvida o processo histórico da formação das sociedades não pode ser compreendido fora da abordagem do desenvolvimento enquanto crescimento, progresso ou evolução. No Brasil esse processo que ficou conhecido como desenvolvimentismo, iniciando com governo Getúlio Vargas e intensificado no governo de Juscelino Kubitschek, teve como objetivo o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico. Entretanto, “são menosprezadas pela teoria as questões relativas à distribuição de renda, concentração regional da atividade econômica, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento” (SANDRONI, 2002, p. 169). Após a segunda guerra mundial, as políticas de desenvolvimento econômico foram direcionadas para a superação dos problemas estruturais considerados historicamente causadores do atraso do país.

O modelo dual, caracterizado pelo campo-cidade, atrasado-moderno, foi sendo alterado implicando na passagem da agricultura colonial para a capitalista. O uso de adubos e implementos, agrícolas e mecânicos, introduzidos pela revolução verde proporcionou o desenvolvimento de novas técnicas de manejo e cultivo exigindo uma intensa especialização do trabalho impactando diretamente na composição orgânica do capital e na perda da auto-suficiência das unidades produtivas (STEDILE, 2005). Esse modelo, preconizado por muitos economistas serviu principalmente aos interesses do capital, segundo Oliveira (2013, p. 47) “a agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema [...] na compatibilização do processo de acumulação global da economia”.

Já no final da década de 1990, confirma-se a incapacidade do modelo de desenvolvimento e do Estado na formulação e execução das políticas públicas para reduzir a pobreza rural e resolver os conflitos, decorrentes da concentrada estrutura fundiária, bem como os efeitos negativos da modernização agrícola e da revolução verde para a classe trabalhadora e os camponeses. As demandas do capital exigem medidas que, de um lado aborte o conflito e a expansão dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores assalariados e, por outro que o capital passe a comandar os territórios em escala local, regional, nacional e mundial. É necessário ampliar a exploração capitalista e destruir, sem o uso da força, os seus opositores.

Nos anos 2000 emerge uma nova formatação dos debates, conceitos, instituições e políticas para o desenvolvimento, maquiando a sua ideologia, seja para o social, ou para o sustentável, perpassa o setorial e, da dicotomia entre campo e cidade surge um novo ‘relacionamento’, moderno e integrado, como esclarece Saquet (2013, p. 50). “Sua concepção privilegia a dominação do Estado, as redes de comunicação e circulação, o fluxo de trabalhadores, enfim, tramas na construção histórica do território, com complementaridade entre o

campo e a cidade”. Para Montenegro Gómez (2006) o que envolve de fato a temática do DTR é o caráter político administrativo para a implementação das políticas públicas de desenvolvimento capitalista, “cujo alvo é o meio rural e que prioritariamente se referem a projetos de infraestrutura, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo e apoio ao comércio e ao desenvolvimento de negócios” (p. 270).

Dessa forma questiona-se quem é de fato o verdadeiro beneficiário desse modelo de desenvolvimento, pois este expande a reprodução ampliada do capital para além da indústria, e o resultado dessa equação é a exclusão, subalternidade e a devastação do espaço, que obrigatoriamente deve ser usado e preservado como meio de vida e para a reprodução da vida na dimensão humana, social, política e ambiental por meio da agroecologia, reciprocidade e autonomia. Para Guzmán e Molina (2013) as estratégias que envolvem o ecodesenvolvimento têm sido desarticuladas pelo capital, pois sua estratégia é “a apropriação capitalista da natureza, sua introdução no processo produtivo de mais-valia e sua circulação como mercadorias no mercado” (p. 60). Portanto os problemas decorrentes da penetração do capitalismo no campo não poderão ser superados pelo próprio sistema, mas pela superação do próprio capitalismo.

Nesse contexto é possível perceber o esforço conjunto do Governo, dos organismos Internacionais e da produção acadêmica para a formação desse novo sujeito, o agricultor familiar, que teoricamente deixa de lutar contra o sistema capitalista para conquistar um lugar dentro dele. Sendo assim, a questão agrária fica esquecida e o DTR se constitui no principal instrumento de ajuste espacial do capital, expandindo as relações capitalistas no campo para as regiões periféricas. Dessa forma, concretiza-se a proposta defendida pelos teóricos do paradigma do capitalismo agrário, em que os problemas relacionados à questão agrária, causados pelo desenvolvimento do capitalismo somente pode ser resolvido por ele mesmo, integrando parcialmente o agricultor familiar ao mercado, ao agronegócio, ao capital.

É nessa lógica que se fundamenta a abordagem do DTR, como um instrumento de ampliação das relações capitalistas no campo em que o discurso da aparente amabilidade entre opressor e oprimido representa em essência uma das mais perversas facetas do capital que cada vez mais necessita expropriar o camponês, inicialmente tira-lhes os meios de produção e agora a sua identidade – passando de camponês para agricultor familiar, este agora parceiro e não antagonista do capital. Para Fernandes (2001, p. 31) “a questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse destino”. Para Felício (2011, p. 74) “é indispensável que ele torne-se sujeito do seu discurso e combata o processo de invisibilidade construída, que busca excluí-lo social e politicamente”. Nesse sentido, a ideologia dominante mina as forças contrárias à lógica da expansão capitalista incorporando novos sujeitos para esse processo de acumulação. Contudo o paradigma da questão agrária permanece atual, apesar das novas configurações do campo com elevado êxodo rural e aumento das atividades não agrícolas.

No entanto as ações derivadas desse modelo são exercidas de forma diferenciadas nas diversas regiões do país dependendo das suas potencialidades econômicas, ambientais e

humanas, não correspondendo a resultados homogêneos para todo o espaço rural brasileiro. As formas de expansão das relações capitalistas no campo podem ocorrer através da monopolização do território, situação em que o agricultor familiar produz para a empresa capitalista, ou depende de insumos da empresa capitalista para produzir, como a aquisição de sementes. Nesse caso o capital subordina os sujeitos territorializados (camponês, agricultor familiar), comandando a exploração onde o capital não pode se territorializar. Para o trabalhador expropriado dos meios de produção resta o assalariamento, constituindo em si uma estratégia para o alargamento das relações capitalistas de produção no campo afastando dos debates e das políticas públicas, a necessidade da reforma agrária, sendo esta essencial para um efetivo desenvolvimento rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tentativa de compreender a dinâmica do espaço rural brasileiro somente é possível considerando a análise das relações que se estabelecem a partir do conflito pela posse e uso da terra. As relações de produção desenvolvidas sempre estiveram atreladas ao capital, este passando de agrário para industrial e atualmente agrário-industrial-financeiro. Nesse contexto a formação de teorias que expliquem ou justifiquem os problemas decorrentes da penetração do capitalismo no campo são também acompanhadas de propostas de soluções. Dentro dessa ótica destacam-se dois paradigmas: o da questão agrária e do capitalismo agrário. O primeiro defende o enfrentamento do campesinato ao capital e, o segundo a integração.

A abordagem que preconiza a integração ocorre, inicialmente, através das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, ampliadas para a abordagem do desenvolvimento territorial rural. Dessa forma legitima-se a ideologia dominante do capital através das abordagens teóricas dos organismos internacionais e do aparato institucional do Estado que compromete o patrimônio cultural e ideológico da população rural. Portanto as proposições levantadas sobre o DTR sugerem que essa lógica produtivista favorece cada vez mais a acumulação capitalista através da expropriação dos recursos tangíveis e intangíveis pertencentes ao espaço rural, ao mesmo tempo em que desfaz os verdadeiros laços de cooperação e confiança, corroendo as bases necessárias para a construção de relações econômicas e sociais que vão para além do capital.

Evidencia-se, portanto do ponto de vista teórico, que o modelo de desenvolvimento preconizado pelo DTR atua como um conjunto de ações coordenadas de ajustes espaciais do capital para minimizar a sua desvalorização decorrente de uma superacumulação em escala mundial. Constitui dessa forma uma estratégia para incorporar novas formas de exploração capitalista que através da expansão geográfica busca encontrar espaços aptos para a valorização do capital acumulado, sem apresentar condições políticas, econômicas e sociais para o desenvolvimento de outras formas sociais de produção.

## **REFERÊNCIAS**



ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2<sup>a</sup> ed. Campinas: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379 – 397, abr./jun. 2000.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo; Xamã, 1996.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1985 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Presidente Prudente. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada na Universidade Estadual Paulista – UNESP.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Coleção Questões da nossa época, v. 92. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octavio. A Formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAESTRI, Mário. A Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Presidente Prudente. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada na Universidade Estadual Paulista – UNESP.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: < <http://www.ffch.usp.br/dg/agesp.pdf> > Acesso em: Agosto 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

---

[1] Artigo desenvolvido durante a disciplina “Teorias dos territórios e da questão agrária”, do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB, ministrada pelo prof. Bernardo Mançano Fernandes. Período letivo 2015.